

■ Relato de experiência

A transgeneridade no ciclo gravídico-puerperal: a integralidade do cuidado com a população trans (travestis, transexuais e transgêneros)

Transgenderity in the pregnancy-puerperal cycle: comprehensive care for the trans population (travestis, transsexuals and transgenders)

Adriana Dias 

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Coordenadoria de Controle de Doenças, Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal do Estado de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Autor para correspondência

Adriana Dias

E-mail: adias@saude.sp.gov.br

Instituição: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

Endereço: Av. Dr. Arnaldo, 351, 12º andar, CEP: 01246-000. São Paulo, São Paulo, Brasil

Como citar

Dias A. A transgeneridade no ciclo gravídico-puerperal: a integralidade do cuidado com a população trans (travestis, transexuais e transgêneros). BEPA. Bol. epidemiol. paul. 2023; 20: e39129. doi: <https://doi.org/10.57148/bepa.2023.v.20.39129>

Primeira submissão: 11/01/2023 • Aceito para publicação: 16/01/2023 • Publicação: 29/06/2023

Editora-chefe: Regiane Cardoso de Paula

Resumo

O Grupo de Enfrentamento à Morte Materna e Infantil da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) abordou o tema transgeneridade no Fórum de discussões considerando questões que vão da concepção à contracepção, os direitos reprodutivos para a população que engravida, a responsabilidade de manter a igualdade nos serviços prestados e no cuidado produzido para além do sexo anatômico e as identidades de gênero. O Fórum de discussões se configura como espaço coletivo que promove debates relevantes sobre os processos de trabalho, na rede de referência e contrarreferência, com os indivíduos inseridos no ciclo gravídico-puerperal e sobre os processos dos protocolos assistenciais e administrativos contribuindo, assim, para a articulação entre os níveis de atenção e serviços e ativando a participação e a corresponsabilidade dos principais atores implicados nesta temática, como gestores estaduais e municipais e trabalhadores da rede de assistência materno-infantil. Além disso, contribui para a compreensão de que devemos estar preparados para atuar com os usuários do Sistema único de Saúde (SUS) inseridos na diversidade sexual. O Grupo de Enfrentamento à Morte Materna, Infantil e Fetal de São Paulo abordou o tema transgeneridade no ciclo gravídico-puerperal no Fórum de discussões realizado por plataforma online, direcionado para profissionais que atuam no cuidado com o ciclo gravídico-puerperal. Trazer a reflexão dos profissionais para as questões da saúde reprodutiva voltadas para a população trans (travestis, transexuais e transgêneros) está no escopo das ações do Grupo de Enfrentamento, pensando em integralidade e responsabilidade de cada profissional que atua junto ao SUS, considerando a necessidade de abordar as questões que vão da concepção à contracepção e os direitos reprodutivos para a população que engravida, a responsabilidade de manter a igualdade nos serviços prestados e no cuidado produzido para além do sexo anatômico e as identidades de gênero. As circunstâncias a serem trabalhadas no que tange ao acesso dos transgêneros aos serviços de saúde vão da experiência profissional ao baixo conhecimento sobre as boas práticas e/ou melhores práticas para uma assistência robusta. Para tal objetivo, a transversalidade da informação é de extrema importância: a informação quanto ao cuidado deve ser de conhecimento de todos os profissionais da instituição que presta a assistência. Para os indivíduos inseridos no ciclo gravídico-puerperal, o medo da hostilização é uma realidade, assim nossa preocupação em apoiar e capacitar as equipes para o cuidado singular e para o acolhimento integral, tornando os ambientes seguros, considerando o caminhar desde a atenção primária, rede assistencial e puerpério. A abordagem é um passo primordial e a nomenclatura, de extrema importância: a utilização de termos neutros, como "parceria" (não mais "parceiro" ou "parceira"), diminui as barreiras de acesso. Pensar na rede de apoio, como a estrutura e o acolhimento, pode minimizar as lacunas de atendimento. O acolhimento com classificação de risco deve estar inserido no cuidado desde a admissão e não está relacionado à designação de gênero. Convidamos o Professor Dr. Sergio Henrique Pires Okano, parceiro do Grupo de Enfrentamento, que tem formação em Sexualidade Humana e Terapia Sexual pelo IPQ do HCFMUSP. O doutor abordou temas que propiciaram oportunidades de aprendizado, capacitação e troca de experiências, com base em evidências para as práticas e cuidado com a população LGBTQIA+. Abordar a possibilidade de gestação e a necessidade de orientação de aconselhamento contraceptivo ou conceptivo, da inserção dos cuidados e da inserção no pré-natal, parto e puerpério foi o pilar para esta discussão com os profissionais, considerando a contribuição destes para a estrutura e os protocolos dos locais onde prestam assistência. A estrutura, a ambiência e o preparo dos profissionais devem estar integrados para mitigar as questões envolvidas com o desfecho do parto. No que tange à parentalidade, ao registro

civil e às certidões, na Declaração de Nascidos Vivos (DNV) campos foram alterados e adaptados para tornar possível alterar não só a Declaração, mas também a Certidão de Nascimento, considerando as diversas possibilidades diante da diversidade sexual.

Contribuição dos autores

O autora teve sua contribuição através de atuação na gestão do Grupo de Enfrentamento à Morte Materna e Infantil da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo podendo atuar diretamente na experiência da discussão sobre transgeneridade, levando a potencialidade aos profissionais que atuam no ciclo gravídico puerperal, com objetivo de qualificação da assistência.

Aprovação dos autores

A autora aprova a versão final do manuscrito para publicação e assume total responsabilidade por todos os seus aspectos, garantindo que as informações sejam precisas e confiáveis.

Conflito de interesses

A autora declara não haver conflito de interesse de natureza política, comercial e financeira no manuscrito.

Financiamento

A autora declara que não houve fontes de financiamento..